26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

**XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**

# **MEMÓRIAS EM TRAVESSIA:** ARQUIVOS AFRICANOS NO MUNDO DIGITAL

## ***MEMORIES IN TRANSIT:*** *AFRICAN ARCHIVES IN THE DIGITAL WORLD*

**Gregório Bembua Kambundo Tchirtutumia** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
**Tânia Regina da Rocha Unglaub** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** As infraestruturas digitais modificam as formas de preservação, representação e circulação da memória documental africana, ao mesmo tempo que evidenciam questões relacionadas às heranças coloniais, ao controle dos acervos e à autonomia tecnológica das instituições de memória. Este estudo objetiva analisar as relações entre memória, arquivos e preservação digital, com ênfase nas bibliotecas universitárias públicas de Angola e nas possibilidades oferecidas por tecnologias livres. O objetivo é analisar as potencialidades e os limites dessas infraestruturas para a preservação e a circulação da memória documental em bibliotecas universitárias públicas de Angola, articulando memória, arquivos e preservação digital a partir de perspectivas africanas e angolanas. O referencial teórico prioriza perspectivas africanas e angolanas sobre memória, arquivos, patrimônio e ambientes digitais, em diálogo com Mabeko-Tali, Maina, Mosweu, Ngulube e Ngoepe, complementadas pelos estudos de memória cultural de Assmann e pela problematização literária da memória angolana em Agualusa. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfico-documental, orientada pela análise de conteúdo. A literatura examinada evidencia que a preservação digital em contextos africanos envolve representação documental, silêncios arquivísticos, permanência dos registros e condições institucionais de gestão tecnológica. No contexto angolano, arquivos e bibliotecas constituem espaços de preservação e mediação de registros vinculados à memória histórica e social. Considera-se que tecnologias livres podem ampliar as possibilidades de gestão e preservação digital, desde que sua adoção esteja associada a políticas institucionais, infraestrutura, qualificação técnica e participação local nas decisões sobre os sistemas de informação.
**Palavras-chave:** memória; arquivos; Angola; preservação digital; soberania informacional.

**Abstract:** Digital infrastructures are transforming the ways in which African documentary memory is preserved, represented, and circulated, while also bringing to the fore issues

related to colonial legacies, control over collections, and the technological autonomy of memory institutions. This study examines the relationships among memory, archives, and digital preservation, with an emphasis on public university libraries in Angola and the possibilities offered by free and open-source technologies. Its objective is to analyze the potential and limitations of these infrastructures for the preservation and circulation of documentary memory in Angolan public university libraries, articulating memory, archives, and digital preservation from African and Angolan perspectives. The theoretical framework prioritizes African and Angolan perspectives on memory, archives, heritage, and digital environments, drawing on Mabeko-Tali, Maina, Mosweu, Ngulube, and Ngoepe, complemented by Assmann's studies of cultural memory and Agualusa's literary problematization of Angolan memory. Methodologically, the study is characterized as qualitative, exploratory, and bibliographic-documentary research, guided by content analysis. The literature examined indicates that digital preservation in African contexts involves documentary representation, archival silences, the long-term persistence of records, and institutional conditions for technological management. In the Angolan context, archives and libraries constitute spaces for the preservation and mediation of records associated with historical and social memory. It is argued that free and open-source technologies can expand the possibilities for digital management and preservation, provided that their adoption is supported by institutional policies, adequate infrastructure, technical expertise, and local participation in decision-making concerning information systems.
**Keywords:** memory; archives; Angola; digital preservation; information sovereignty.

## 1 INTRODUÇÃO

A preservação da memória documental africana em ambientes digitais envolve seleção, organização, representação, acesso e permanência dos registros. Esses processos também remetem a condições históricas de constituição dos acervos e de visibilidade das narrativas. Como mostram Maina (2024) e Mosweu (2026), a memória ultrapassa a dimensão individual e constitui espaço de disputa simbólica, política e cultural, diretamente relacionado aos processos de construção identitária e soberania informacional.

No caso angolano, tais questões tornam-se ainda mais relevantes diante dos desafios relacionados à preservação do patrimônio cultural, à fragilidade das infraestruturas digitais e à dependência tecnológica das instituições públicas responsáveis pela guarda da memória coletiva, conforme evidenciam Ngulube (2002) e Ngoepe (2017) em seus estudos sobre preservação digital e gestão. A literatura também contribui para essa problematização: em O Vendedor de Passados (Agualusa, 2004), lembrança, esquecimento e reconstrução narrativa são mobilizados como lente interpretativa complementar, e não como evidência empírica sobre instituições angolanas.

A passagem dos registros para ambientes digitais acrescenta questões de continuidade da informação e gestão tecnológica. A preservação digital aproxima-se, assim, da soberania informacional, compreendida como capacidade de participação e decisão sobre produção, organização, circulação, preservação e controle da informação. A autonomia tecnológica constitui uma dimensão desse processo e envolve condições para compreender, selecionar e administrar tecnologias segundo necessidades institucionais. As tecnologias livres interessam à pesquisa por suas possibilidades de acesso, adaptação e gestão dos sistemas, sem pressupor que sua adoção produza automaticamente soberania informacional.

Na Ciência da Informação, essa problemática relaciona memória, documento, representação e tecnologia às condições de produção e legitimação do conhecimento. A vinculação ao GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação decorre da análise dos processos históricos que interferem na constituição dos acervos, nas formas de representação das memórias africanas e nas condições epistemológicas e tecnológicas de permanência, silenciamento ou circulação dos registros. O estudo prioriza perspectivas africanas e angolanas e utiliza referenciais externos de forma complementar.

Diante desse cenário, pergunta-se: de que modo as infraestruturas digitais livres podem contribuir para a preservação e a circulação da memória documental em bibliotecas universitárias públicas angolanas, considerando os desafios de autonomia tecnológica e soberania informacional? O objetivo é analisar as potencialidades e os limites dessas infraestruturas para a preservação e a circulação da memória documental em bibliotecas universitárias públicas de Angola, articulando memória, arquivos e preservação digital a partir de perspectivas africanas e angolanas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre memória e arquivos em contextos africanos requer considerar as condições históricas de produção, seleção e preservação dos documentos. Mosweu (2026), ao examinar arquivos de Botswana, identifica silêncios associados à herança colonial e problematiza a representação de conhecimentos locais. O arquivo pode, nessa perspectiva, ser compreendido como construção histórica e social, na qual seleção, descrição e preservação interferem no que permanece como registro do passado. Assmann (2011) complementa essa leitura ao relacionar memória cultural, suportes e processos de transmissão.

No contexto angolano, Mabeko-Tali (2025) analisa a Associação Tchiweka de Documentação e evidencia a relação entre arquivo e consciência memorial. A constituição do acervo ligado à história contemporânea de Angola mostra como a preservação documental cria condições de acesso e interpretação do passado. Agualusa (2004), por outro caminho, tensiona lembrança, esquecimento, identidade e reconstrução narrativa em O Vendedor de Passados. A obra é utilizada como lente interpretativa para problematizar a elaboração da memória, sem substituir evidências sobre instituições documentais.

Nos ambientes digitais, Maina (2024) destaca, em experiências africanas de história pública, participação comunitária, pluralidade de fontes e recuperação de narrativas marginalizadas. Decisões sobre digitalização, descrição, organização e acesso interferem na visibilidade e apropriação social dos registros. A preservação depende ainda de condições institucionais: Ngulube (2002), em instituições arquivísticas da África Subsaariana, relaciona estratégias de preservação a recursos e capacidades disponíveis; Ngoepe (2017), na África do Sul, acrescenta infraestrutura e gestão adequadas aos documentos digitais. Esses estudos são empregados comparativamente, sem transposição automática para Angola.

A preservação digital aproxima-se da soberania informacional pelas decisões sobre produção, organização, circulação e controle da informação. Giraldi (2026) associa o conceito à governança informacional, à diversidade epistêmica e à capacidade de formular respostas adequadas às particularidades locais. Para esta pesquisa, soberania informacional refere-se à possibilidade de instituições e comunidades participarem das decisões sobre sistemas, dados, representação e acesso que condicionam a permanência e a circulação dos registros.

A autonomia tecnológica constitui uma dimensão desse processo. Leitão (1985) relaciona informação, aprendizado tecnológico e capacidade de orientar a incorporação de tecnologias às dimensões políticas, culturais e econômicas. Neste estudo, autonomia tecnológica corresponde à capacidade institucional de compreender, selecionar, gerir e, quando necessário, adaptar as tecnologias empregadas na organização e preservação dos acervos.

As tecnologias livres inserem-se nessa discussão pelas liberdades de executar, estudar, modificar e redistribuir programas (Stallman, 2004) e pelas possibilidades de compartilhamento do conhecimento e autonomia tecnológica (Silveira, 2004). O acesso ao código e a possibilidade de adaptação podem ampliar a capacidade institucional de decisão, mas não produzem soberania informacional de forma automática. Infraestrutura, formação

técnica, políticas, manutenção e governança permanecem condições para a continuidade dos sistemas e dos registros.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é qualitativa, exploratória e bibliográfico-documental, com abordagem analítico-interpretativa. O percurso metodológico foi orientado pela questão de pesquisa e pelo objetivo de analisar memória, arquivos e preservação digital, com ênfase nas bibliotecas universitárias públicas de Angola e nas possibilidades das tecnologias livres para a soberania informacional e a autonomia tecnológica.

A revisão bibliográfica ocorreu em duas etapas: levantamento no primeiro semestre de 2026 e atualização e conferência entre agosto e setembro de 2026. Consultaram-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e o Google Acadêmico, combinando, em português e inglês, termos como “Angola”, “África”, “memória”, “arquivos”, “bibliotecas universitárias”, “preservação digital”, “soberania informacional”, “autonomia tecnológica”, “*African archives*”, “*digital preservation”, “digital heritage” e “information sovereignty*”.

Foram priorizados autores angolanos e africanos, estudos desenvolvidos no continente e trabalhos relacionados à memória, arquivos, bibliotecas, patrimônio documental e preservação digital. Referenciais externos foram incorporados para fundamentação conceitual ou comparação; duplicidades e trabalhos sem relação direta com o problema foram excluídos. O *corpus* inclui Mabeko-Tali (2025), Maina (2024), Mosweu (2026), Ngulube (2002) e Ngoepe (2017), além de estudos complementares empregados nas categorias analíticas.

A análise de conteúdo de Bardin (2016) foi operacionalizada por pré-análise e seleção do corpus, exploração temática e interpretação dos conteúdos. Definiram-se quatro categorias: (1) memória, arquivos e representação; (2) colonialidade, silêncios e participação local; (3) preservação digital e condições institucionais; e (4) soberania informacional e autonomia tecnológica. As experiências de outros países africanos são usadas comparativamente. A abordagem das tecnologias livres é bibliográfica e analítica, sem avaliação experimental de plataformas específicas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do *corpus* evidenciou quatro núcleos temáticos. Em memória, arquivos e representação, Mabeko-Tali (2025) mostra, pela experiência da Associação Tchiweka de Documentação, que a constituição e a organização de acervos relacionados à história contemporânea de Angola favorecem permanência e acesso aos registros. O achado aproxima-se da discussão de Assmann (2011) sobre suportes da memória cultural e permite compreender arquivos e instituições documentais como espaços de mediação da memória.

Na categoria colonialidade, silêncios e participação local, Mosweu (2026), em Botswana, identifica ausências associadas à herança colonial das práticas arquivísticas, enquanto Maina (2024) mostra que projetos africanos de história pública digital podem ampliar narrativas marginalizadas ao incorporar diversidade de fontes e participação comunitária. Os contextos não são transpostos para Angola; funcionam como comparação e indicam que a digitalização, isoladamente, não elimina assimetrias de constituição e representação dos acervos.

Em preservação digital e condições institucionais, Ngulube (2002) relaciona estratégias de preservação em instituições da África Subsaariana aos recursos e capacidades disponíveis, e Ngoepe (2017) evidencia, na África do Sul, exigências de infraestrutura e gestão de documentos digitais. O conjunto indica que preservação requer planejamento, qualificação profissional, políticas e continuidade da gestão. Assim, a adoção de uma plataforma tecnológica, por si só, não assegura a permanência dos registros.

Na categoria soberania informacional e autonomia tecnológica, a literatura mostra que preservação envolve escolhas sobre armazenamento, organização, representação, acesso e permanência. Tecnologias livres oferecem possibilidades de acesso ao código e adaptação dos sistemas (Silveira, 2004; Stallman, 2004), mas essas características representam potencialidades, não evidência de soberania informacional. Sua contribuição depende da capacidade institucional de gerir tecnologias, formar equipes, estabelecer políticas e participar das decisões sobre os sistemas. As quatro categorias, portanto, articulam memória, representação, condições institucionais e capacidade de decisão tecnológica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a preservação da memória documental em contextos africanos se relaciona às condições históricas de constituição dos acervos, às formas de representação

da informação, aos silêncios arquivísticos e às capacidades institucionais de gestão dos registros digitais. Em Angola, Mabeko-Tali (2025) evidencia a relação entre arquivo e consciência memorial; os estudos de outros países africanos oferecem parâmetros comparativos sem serem generalizados para a realidade angolana.

Em resposta à questão de pesquisa, considera-se que tecnologias livres podem ampliar a autonomia institucional sobre infraestruturas de organização, preservação e circulação da informação, mas não estabelecem relação automática com soberania informacional. Sua contribuição depende de políticas institucionais, infraestrutura, formação técnica, manutenção e capacidade local de decisão. Na Ciência da Informação, essa articulação permite discutir quem participa da constituição dos acervos, quais registros alcançam permanência e visibilidade e como as infraestruturas digitais interferem nesses processos.

Por se tratar de pesquisa bibliográfico-documental, os resultados não avaliam plataformas específicas nem permitem generalizações sobre todas as bibliotecas universitárias angolanas. Estudos posteriores poderão examinar empiricamente essas instituições, suas políticas, acervos, profissionais e infraestruturas, aprofundando as condições locais de adoção e gestão de tecnologias digitais.

**REFERÊNCIAS**

AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

GIRALDI, Paulo. Entre o capitalismo de dados e a soberania informacional: marcos legais sensíveis para o desenvolvimento justo da Amazônia Internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2026. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v21i1.7775. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7775. Acesso em: 29 ago. 2026.

LEITÃO, Dorodame Moura. A informação: insumo e produto do desenvolvimento tecnológico. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 1985. DOI: 10.18225/ci.inf.v14i2.215. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/215. Acesso em: 25 jul. 2026.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. A Associação Tchiweka de Documentação, uma história de paixão arquivista e de consciência memorial. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 21-26, 2025. DOI: 10.11606/va.v26.n2.2025.232654. Disponível em: https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/232654. Acesso em: 10 ago. 2026.

MAINA, Chao Tayiana. Where is the seeker who searches for another? Decolonial approaches to digital public history. **International Public History**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 35-44, 2024. DOI: 10.1515/iph-2024-2005. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/iph-2024-2005/html. Acesso em: 1 set. 2026.

MOSWEU, Tshepho. The silences and absences in Botswana's archives: cross-examining colonial legacy**. IFLA Journal**, Amsterdam, v. 52, n. 1, p. 30-37, 2026. DOI: 10.1177/03400352251348242. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03400352251348242. Acesso em: 5 set. 2026.

NGOEPE, Mpho. Archival orthodoxy of post-custodial realities for digital records in South Africa. **Archives & Manuscripts**, Australian, v. 45, n. 1, p. 31-44, 2017. DOI: 10.1080/01576895.2016.1277361. Disponível em: https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/10513. Acesso em: 21 mai. 2026.

NGULUBE, Patrick. Preservation reformatting strategies in selected Sub-Saharan African archival institutions. **African Journal of Library**, Archives and Information Science, Ibadan, v. 12, n. 2, p. 117-132, 2002. DOI: 10.4314/ajlais.v12i2.26079. Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/26079. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

STALLMAN, Richard M. **Software livre, sociedade livre**: ensaios selecionados de Richard M. Stallman. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), pelo ambiente acadêmico de formação, pesquisa e produção científica. Estendemos os agradecimentos aos professores e às professoras do Programa pelas contribuições teóricas e metodológicas, bem como pelo incentivo ao desenvolvimento de pesquisas no campo da Ciência da Informação.